

Parteiras e Doulas brasileiras em rede: nuances de uma atuação social no ciberespaço¹

Danielle Andrade SOUZA²
Universidade Federal de Campina Grande, PB

RESUMO

No contexto dessas novas configurações socioculturais e comunicacionais, estabelecemos a relação entre comunicação, humanização do nascimento e cultura digital, mais precisamente, no que se refere ao contexto do movimento de humanização do nascimento aqui no Brasil. Esse movimento manifesta-se muito expressivamente, a partir do engajamento de parteiras e de doulas. O objetivo deste trabalho é apontar a presença de parteiras e doulas brasileiras nas redes sociais digitais trabalhando em prol da causa.

PALAVRAS-CHAVE: humanização do nascimento; parteiras e doulas brasileiras; redes sociais digitais.

TEXTO DO TRABALHO

O modo como as mulheres dão à luz é importante para todos, pois tem a ver com o tipo de sociedade na qual queremos viver. (Sheila Kitzinger)³

O movimento Feminista conceitua o termo humanização⁴ como

[...] uma atenção que reconhece os direitos fundamentais de mães e crianças, além do direito à tecnologia apropriada, baseada na evidência científica. Isso inclui: o direito à escolha do local, pessoas e formas de assistência no parto; a preservação da integridade corporal de mães e crianças; o respeito ao parto como experiência altamente pessoal, sexual e familiar; a assistência à saúde e o apoio emocional,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Esse artigo trata-se da publicação de uma pequena parte da tese, defendida recentemente pela Universidade Nova de Lisboa, em Portugal.

² Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, pesquisadora do CIC Digital - Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital desta mesma universidade, e-mail: danielle.pp@hotmail.com

³ Fala da antropóloga inglesa, ativista do parto, autora de inúmeros livros sobre o assunto. Dedicou sua vida a lutar para que as mulheres pudessem tomar suas próprias decisões em relação ao processo de parir, e sempre foi uma grande incentivadora do parto domiciliar planejado para mulheres saudáveis. Lutou para que mulheres prisioneiras pudessem dar à luz sem estarem acorrentadas e para que mães e bebês permanecessem juntos. Sheila foi professora da Universidade ‘Thomas Valley’ no Reino Unido e faleceu aos 86 anos, em 11 de abril de 2015, deixando um vasto legado de conhecimento, inspiração e coragem.

⁴ Rede Feministas de Saúde. Dossiê – Humanização do Parto. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/015.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017, p. 14.

social e material no ciclo gravídico-puerperal; e a proteção contra abuso e negligência.

A humanização do nascimento, por sua vez, é um movimento gestado a partir dos questionamentos sobre a sexualidade surgidos em meados do Século XX. De acordo com Balaskas (2015, p. 13), “apesar de os trabalhos de Grantly Dick-Read terem sido produzidos nos anos 1940, e de Robert Bradley ter começado seu trabalho de desmedicalização do parto e inserção do parceiro no ambiente de nascimento nos anos 50, foi depois da publicação de *Birth Without Violence*, de Frédérik Leboyer, que a discussão sobre uma nova abordagem do parto tomou um forte impulso”. Parafraseando Nara Santos, em seu texto, Marques (2017, p. 25) diz que

o ‘parto humanizado’ é um movimento reflexivo que almeja reorganizar a conduta de atendimento ao parto a fim de promover um maior respeito aos direitos reprodutivos das mulheres e uma diminuição da morbi-mortalidade materna e neonatal.

Historicamente, a crítica à assistência ao parto começou a partir de algumas abordagens que se traduziram em várias perspectivas. De acordo com Diniz (2005), a primeira abordagem para o movimento foi o parto sem dor na Europa⁵; depois, o parto sem medo; posteriormente, o parto sem violência; e, mais recentemente, o parto natural, advindo do movimento *hippie* e da contracultura.

A idéia de humanização entrou no Brasil junto com a contracultura *hippie*, mas foi a partir da criação do REHUNA (rede de humanização do parto e nascimento) na cidade de Campinas, no ano de 1993, que esse movimento tomou mais força.

O grupo fundador tinha grande influência feminista e conclamava as mulheres a um papel ativo frente ao nascimento do filho, denunciando a desapropriação da identidade feminina, a medicalização e a desconsideração da parturiente como um sujeito de direitos. O parto se transformou numa linha de montagem que colocava o bem estar da família em segundo plano, privilegiando interesses comerciais. Do ponto de vista da estratégia de atuação é da REHUNA, o mérito de ter buscado a então nascente medicina baseada em evidências como referência técnica para a sua defesa de idéias, caminho que se mostrou muito produtivo no decorrer dos anos. (Marques, 2013: 26)

⁵ Uma das militantes que levantou essa bandeira, inclusive, hoje uma das mais respeitadas do mundo, foi Janet Balaskas, uma educadora perinatal sul-africana que idealizou juntamente com outras ativistas, um dos maiores movimentos que contribuíram para mudar a história do parto e da obstetria na Europa. Hoje ela tem vários livros publicados. O mais recente chama-se *Parto Ativo* (2015), que já está na terceira edição publicada no Brasil. Ela liderou o movimento organizado de mulheres que denunciou e aboliu práticas obsoletas e agressivas na assistência obstétrica da Inglaterra. Nesse país, a forma mais comum de se referir à humanização do nascimento é chamando-o de ‘Parto Ativo’

Inúmeros profissionais (obstetras, pediatras, enfermeiras, parteiras, doulas) foram agregando-se ao movimento de humanização, em torno de uma série de reivindicações que hoje estruturam o ideário do movimento.

Curiosamente o Brasil⁶ é hoje, um dos países com o maior número de parteiras leigas. De acordo com Pires (1989: 108), “desde que foi institucionalizado o curso de formação de parteiras agregado a escolas de Medicina, por intermédio da Lei de 3 de outubro de 1832, foram retiradas delas a autonomia e a vinculação à comunidade, transformando-as em auxiliares, subordinadas às regras emitidas pelas escolas médicas”. Conhecidas popularmente no País pelo nome de ‘parteiras leigas’, a maioria das parteiras são mulheres de referência em suas comunidades, representam lideranças dos grupos em que atuam, e de acordo com o Ministério da Saúde, geralmente são mais velhas e, embora não tenham formação acadêmica, dominam uma gama de técnicas e de conhecimentos sobre gestação, parto e pós-parto, que adquiriram pela tradição oral com mães, tias, avós ou madrinhas.

Nesse mesmo cenário, o Movimento das doulas (inspirado pelo médico francês Michel Odent e outros) nos chama bastante à atenção, porque está crescendo e se multiplicando cada vez mais. Atualmente, só no Brasil, pelo Grupo de Apoio à Maternidade Ativa⁷ (GAMA), estão cadastradas, por causa de formações realizadas nessa organização, cerca de 800 doulas de várias regiões do País. Etimologicamente, a palavra *doula*, cuja pronúncia correta é “*dúla*”, vem do termo grego clássico “*dúli*”, que significa “escrava”. Desde a Antiguidade, essa palavra designa uma criada doméstica ou escrava. Ou seja, “doula” significa “mulher que serve”. Nos dias de hoje, aplica-se às mulheres que dão suporte físico e emocional a outras mulheres antes, durante e depois do parto. As doulas são acompanhantes de parto que começaram a surgir no Brasil de forma mais organizada.

⁶ Parafrazeando Darcy Ribeiro, em seu livro *O Povo Brasileiro* (1995), afirma que existem “Ilhas-Brasil” ou cinco brasis. São eles: “a) o Brasil da cultura sertaneja do nordeste e do centro, baseada na produção do couro e do gado; b) o Brasil da cultura crioula do litoral, baseada nos engenhos de açúcar; 3) o Brasil da cultura cabocla da Amazônia, baseada nos seringais, na coleta de drogas da mata e na pesca dos rios; 4) o Brasil caipira do sudeste e do centro, baseado na economia do café e da subsistência, nascida dos bandeirantes; e 5) o Brasil da cultura gaúcha das instâncias de gado e da cultura agrícola dos imigrantes, do sul do país, mais especificamente, os alemães e italianos”.

⁷ Esse é um grupo de capacitação que tem como missão promover uma atitude positiva, ativa e consciente em relação à maternidade e visa formar doulas (acompanhantes de parto) aptas a acompanharem parturientes em qualquer estágio do trabalho de parto, dando conforto físico, emocional, afetivo e psicológico e proporcionando à mulher uma experiência de parto o mais positiva possível.

Em julho de 1997, no Hospital Sofia Feldman (HSF), em Belo Horizonte, foi desenvolvido o projeto ‘Doula Comunitária’. Mulheres voluntárias da comunidade formaram um grupo de 14 doulas para acompanharem as parturientes. Poucos meses depois da implantação, o projeto⁸ teve repercussão favorável na comunidade, foi divulgado na imprensa falada, na escrita e em eventos científicos e implantado em outros hospitais. Assim, a profissão de doula surgiu para preencher essa lacuna e vem oferecendo seus serviços de ajuda às mães, durante o parto, em todo o Brasil. Elas atuam como uma espécie de protetora das mulheres e, quando necessário, de seus companheiros. Sua presença também pode ajudar e apoiar as enfermeiras obstetras, as obstetras e os médicos obstetras a atenderem a um número maior de partos naturais.

Sabemos que no ciberespaço, cada sujeito é um potencial produtor e reprodutor de informação, o que acontece quando se criam redes colaborativas de informação, por meio do compartilhamento de opiniões e de relatos pessoais que, em segundos, passam do caráter pessoal/individual para coletivo/comunitário.

Ocupações virtuais de *sites* de corporações ou governos, ações *hackers*, petições *on-line*, mobilização e coordenação de protestos através da utilização da internet, cobertura jornalística alternativa e digital, são alguns exemplos. Assim, a utilização de NTICs pelos movimentos sociais, vem “mudando a maneira pela qual os ativistas comunicam, colaboram e manifestam” (GARRETT, 2011, p. 2002). Embora esses processos recebam nomeações distintas, podem ser agrupados em torno do nome ciberativismo, entendido de forma ampla, como a utilização de NTICs por movimentos sociais e ativistas. (Alcântara, 2016: 315-316)

Portanto, no ciberespaço, a comunicação é interativa, contribui para o aparecimento de redes sociotécnicas participativas, que transcendem a simples interligação social, como ocorria na esfera das mídias tradicionais, e as redes sociais, entre todos os outros dispositivos via internet, são expressões que surgem para, cada vez mais, estruturar o universo da cibercultura. De acordo com Lemos (2010: 33), “o desenvolvimento do ciberespaço já suscitou novas práticas públicas. Nesse sentido, ressaltamos o portal da Rede pela Humanização do Nascimento (ReHuNa) que agrega uma ampla população vinculada a causa.

⁸Os próprios participantes do Hospital Sofia Feldman capacitaram as doulas, como já aconteceu em Betim e em Montes Claros. Depois que esse projeto foi implantado no Hospital Sofia Feldman, em média, 70% das mulheres são acompanhadas durante o trabalho de parto por familiares ou doulas. Ver <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/380>



Figura 1 – Site da Rede Brasileira pela Humanização do Parto e do Nascimento

O ReHuNa é uma organização da sociedade civil que vem atuando desde 1993 em forma de rede de associados em todo o Brasil. Seu principal objetivo é a divulgação de assistência e cuidados perinatais, além de procurar diminuir as intervenções desnecessárias e promover um cuidado ao processo gravidez, parto, nascimento, amamentação, baseado na compreensão do processo natural e fisiológico. A ReHuNa opera apoiando, promovendo e reivindicando a prática do atendimento humanizado ao parto/nascimento em todas as suas etapas, a partir do protagonismo da mulher, da unidade mãe/bêbê, e da medicina baseada em evidências científicas. Essa missão vem sendo buscada na prática diária de pessoas, profissionais, grupos e entidades filiados à rede e preocupados (as) com a melhoria da qualidade de vida, o bem estar e bem nascer.

As redes sociais funcionam como auxiliares, como ferramentas que protagonizam um dos atuais fundamentos do ciberespaço, e são aliadas aos trabalhos de ONGs, que consideram a internet como um espaço democrático de discussão, ampliação e estudos de novos conceitos e opiniões dos mais diferentes grupos existentes na sociedade civil. Como já tratamos neste trabalho, as redes alteram o *status* técnico-científico do conhecimento comunicacional. O conceito de redes sociais tem raízes nas Ciências Sociais, com base em diferentes perspectivas, referenciadas a partir de experiências específicas (Scherer-Warren, 2005), que vão desde a Sociologia (redes sociais) até a Informática (redes de computadores). Uma reconfiguração se dá entre indivíduos, tecnologias digitais e território, características da ação social *em* e *nas* redes.

Uma rede de atores não se reduz a um único ator, mas é composta de elementos heterogêneos conectados – sejam eles humanos ou não-humanos. Por um lado, essa rede de atores deve ser diferenciada dos tradicionais atores da sociologia, que exclui qualquer componente não-humano. Por outro, não deve ser confundida com um elo que liga de modo previsível elementos estáveis e definidos perfeitamente, porque as entidades das quais ela é composta podem a qualquer instante redefinir sua identidade e suas relações, fornecendo elementos novos para o que Latour chama de “rede sociotécnica”. (Maia, 2011: 123)

Quando nos detemos a realizar a tarefa de elencar as características-padrão de desenvolvimento do que tecem as redes de auxílio a humanização do nascimento, buscamos parâmetros nos escritos de Castells (2017), onde por analogia pontua-se assim cada uma delas: a) seus movimentos são conectados em rede de múltiplas formas; b) ocupam o espaço urbano; c) evidenciam o espaço da autonomia como nova forma espacial; d) são atemporais; e) são espontâneas em sua origem, mas, geralmente, desencadeadas por uma centelha de indignação; f) são virais; g) o espaço da autonomia é o grande palco para a passagem da indignação à esperança; h) criam companheirismo; i) sua horizontalidade favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal; j) são profundamente autorreflexivas; k) não são violentas, em princípio; l) raramente são pragmáticos; m) voltados para a mudança dos valores da sociedade; n) são muito políticas, em um sentido fundamental.

Nesse sentido, cabe ressaltar a inteligência coletiva das redes ciberfeministas, em particular, no âmbito do movimento de humanização do nascimento no Brasil.

As redes ciberfeministas⁹ auxiliam, inclusive, na confecção do Plano de parto, que é um documento redigido durante a gestação e registrado no cartório, que contém, uma lista do que a mulher deseja e do que não deseja que aconteça durante o parto, incluindo as leis que dizem respeito à gestação, como, por exemplo a Lei 11.108/200531, que dispõe sobre o direito ao acompanhante durante o procedimento, assim como normativas e portarias do Ministério da Saúde, a fim de efetivar os direitos da gestante. (Oliveira e Pinto, 2016: 395-396)

Portanto, as conexões¹⁰ em rede são estruturas livres e abertas, que podem expandir um universo virtual de forma ilimitada e criar uma sociedade com indivíduos

⁹ Amigas do Parto, a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento e o Despertar do Parto e o Nascer Sorrindo são algumas das redes que estão presentes em páginas da web, em blogs e nas redes sociais, articulando ideias e pessoas, divulgando informações e atualizando-se constantemente, e estimulam atividades para mães, pais e bebês, como cursos, workshops, rodas de apoio e de conversa e estimulam a capacitação de parteiras tradicionais. (Oliveira e Pinto, 2016)

¹⁰ Partindo do trabalho do pesquisador Albert-László Barabási, Martino (2015: 79) afirma que Barabási, “estudando a estrutura das conexões há pelo menos vinte anos, observou uma série de elementos constantes em vários tipos de redes, das ligações biológicas entre células até a arquitetura da internet e das redes sociais conectadas”. “Dentre essas

que compartilham as mesmas ferramentas de comunicação. Essa estrutura social, baseada em conexões em rede, é considerada totalmente dinâmica e leva em conta as inovações e os novos modos de uso, um aliado ao seu desenvolvimento e à sua expansão, diferente de causar qualquer ameaça a sua existência.

O número de conexões, de alguma maneira, se torna uma espécie de índice de sucesso. Quando um grupo considerável de pessoas está acessando um determinado portal, por exemplo, há uma tendência de que seus conhecidos também se interessem por isso, aumentando de maneira exponencial a audiência a partir de conexões ramificadas, não horizontais. Isso ajuda a explicar, por exemplo, o crescimento rápido de virais: quanto mais uma informação é divulgada, maior será sua divulgação, em uma perspectiva circular. Quanto mais um livro é lido e comentado, mais será lido e comentado. (Martino, 2015: 80)

No contexto ciberfeminista, quando as redes se fortalecem, a participação política das mulheres é ampliada juntamente com a expansão do acesso às TICs¹¹. A considerar que o ciberfeminismo nasceu como um fenômeno social e político e é um movimento recente, onde seus primeiros passos foram dados na terceira onda feminista (iniciada entre as décadas de 80 e 90) e que promove a ideia de que as TICs poderiam reconfigurar a sociedade.

Sendo assim, numa amostra de 211 respondentes, dos quais 166 foram de doulas, 9 foram de parteiras, e 36 preferiram não se identificar, buscamos identificar onde residiam as parteiras e doulas, acreditávamos que esse mapeamento não só nos auxiliaria na compreensão de onde elas estavam, mas principalmente, evidenciaria onde se dava mais acentuadamente a atuação delas.

constantes, uma das mais importantes diz respeito a uma persistente desigualdade entre os nós que compõem a rede. Ainda segundo Martino (2015: 80), o modelo de Barabási prevê a estruturação de boa parte de uma rede, seja biológica, comercial, afetiva ou digital, em torno de algumas conexões, aumentando consideravelmente sua importância. “Esses nós (hubs) mais importantes agregam dados e informações cruciais e são os responsáveis, muitas vezes, por intermediar um número considerável de relações que não existiriam se não fosse por eles.”

¹¹ A expressão “tecnologias da informação e comunicação” se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos ou sem fio) na moderna tecnologia da informação. Entende-se que as TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, telemóveis, bem como todo software necessário. Em outras palavras, as TIC envolvem TI e quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e nos processos informacionais e comunicativos dos seres. Também podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e a comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica, de ensino e aprendizagem, entre outras. A expressão foi usada, pela primeira vez, em 1997, por Dennis Stevenson, do governo britânico, e promovida pela documentação do Novo Currículo Britânico em 2000.

Na tabela a seguir, é possível demonstrar detalhadamente, por cidade e região: 46 mulheres encontram-se na região sudeste, 28 no sul do país, 20 no nordeste, 13 no centro-oeste, e apenas 3, na região norte do país.

Tabela 1 – Localidades onde há parteira e/ou doula

Região	Estado	Cidade	Quantidade
Norte	Amazonas	Manaus	1
Nordeste	Alagoas	Maceió	2
Nordeste	Bahia	Feira de Santana	1
		Rio de Contas	1
		Jacobina	1
		Guanambi	1
Nordeste	Ceará	Fortaleza	2
		Eusébio	1
		Juazeiro do Norte	1
Centro Oeste	Distrito Federal	Brasília	5
Centro Oeste	Goiás	Goiânia	1
		Trindade	1
Centro Oeste	Matogrosso	Rondonópolis	1
Centro Oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	1
		Dourados	2
		Aral Moreira	1
		Fátima do Sul	1
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	10
		Contagem	1
		Conselheiro Lafaiete	1
		Ouro Preto	1
		Juiz de Fora	1
		Campanha	1

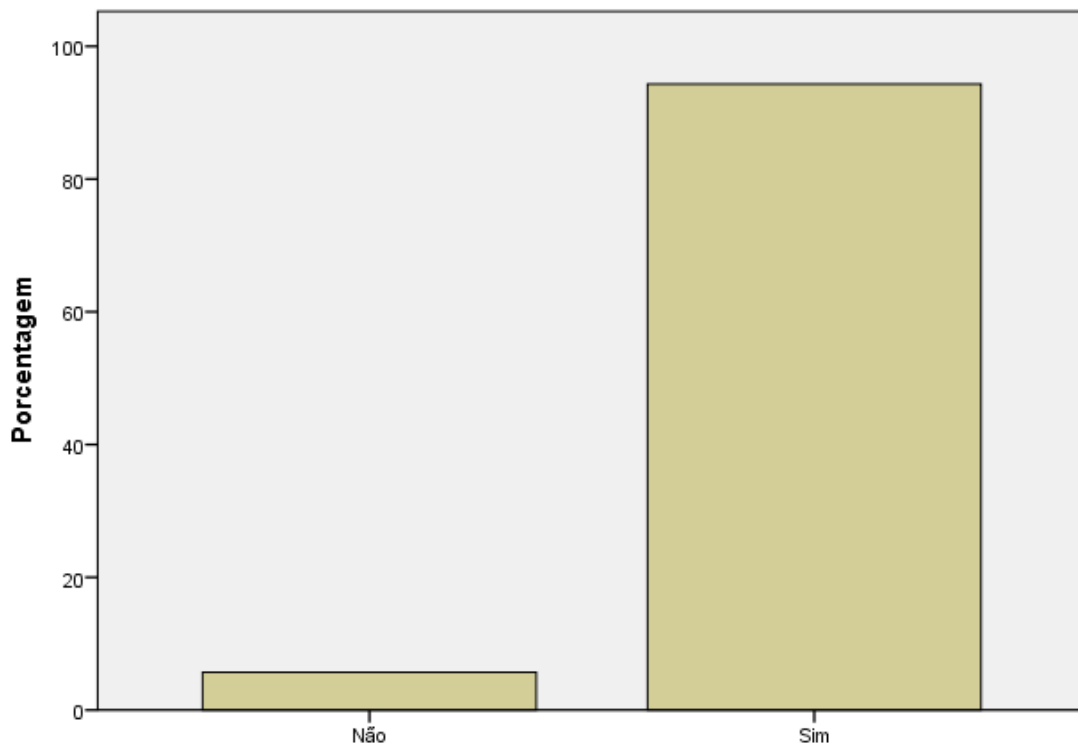
Nordeste	Paraíba	João Pessoa	2
		Campina Grande	3
Sul	Paraná	Curitiba	7
		Marechal Cândido Rondon	2
		Cascavel	2
		São José dos Pinhais	3
Nordeste	Pernambuco	Recife	3
		São Caetano	1
Nordeste	Piauí	Teresina	1
Nordeste	Sergipe	São Cristóvão	1
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	16
		Búzios	1
		Arraial do Cabo	1
Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	4
Sul	Rio Grande do Sul	Canoas	2
Norte	Rondônia	Porto Velho	1
Sul	Santa Catarina	Florianópolis	5
		Blumenau	2
		Joinville	2
		Brusque	1
		Criciúma	1
		Guarda do Embau	1
Sudeste	São Paulo	São Paulo	6
		Pirassununga	1
		Presidente Prudente	1
		Sorocaba	1
		Santos	1
		Indaiatuba	1
		São Carlos	1
		São Bernardo do Campo	1

Norte	Porto Ferreira	1
	Tocantins Palmas	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Com esse mapeamento, entendemos ser, o ciberespaço, um lócus da existência destes grupos. Hoje, ele representa o “habitat” desta (s) rede (s) feminista (s), tal como trata Castells (2000, p. 40) “a cibercultura é o processo pelo qual atores sociais conscientes de múltiplas origens oferecem aos outros seus recursos e crenças, esperando receber o mesmo em troca e mesmo mais: compartilhar um mundo diversificado e, assim, pôr fim ao medo que o outro sempre inspirou”. Para tanto, abaixo o gráfico demonstra que 94,3% dos respondentes usam a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo; e apenas 5,7% afirmaram que não. Aqui predominam usuários da internet que têm o objetivo de apoiar a causa do parto ativo no Brasil.

Gráfico 1 – Uso da internet como ferramenta de apoio à causa do parto ativo



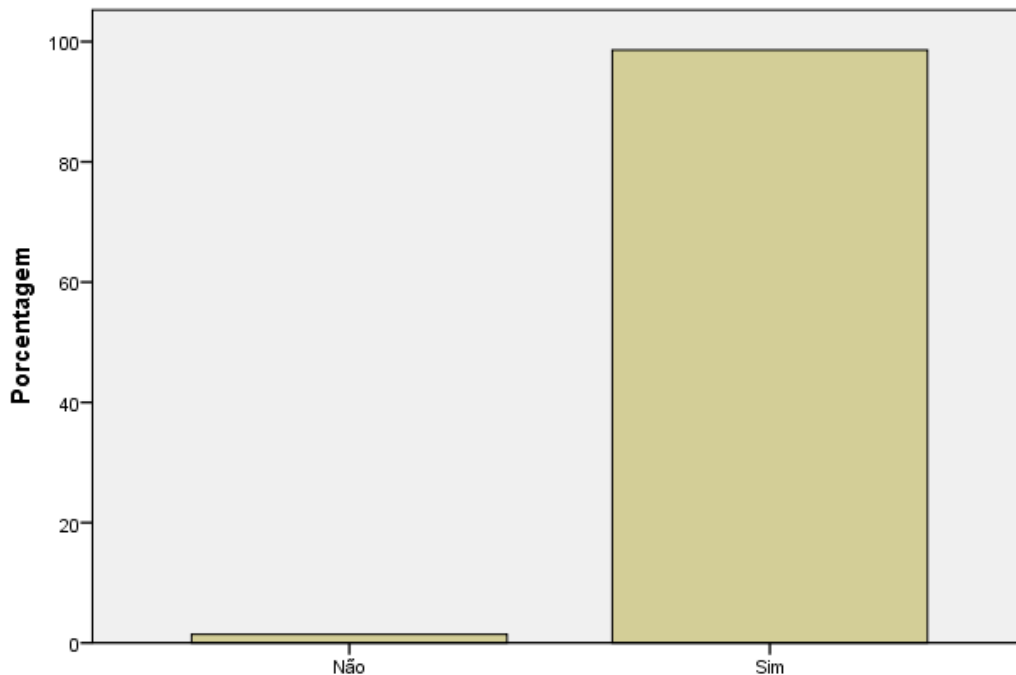
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Essa dinâmica é inclusive referenciada no livro de Janete Balaskas, pela tradutora e doula, representante no Brasil da educadora, Talia Gevaerd de Souza. No

texto do livro, ela relata que a internet é o grande espaço para aproveitar e articular as estratégias de divulgação da bandeira do movimento da causa.

Já de acordo com o gráfico a seguir, 98,6% dos respondentes afirmaram que é possível mudar comportamentos e mentalidades com o compartilhamento de informações nas redes sociais, e apenas 1,4% não acreditam que isso é possível.

Gráfico 2 – Crença na possibilidade de transformar comportamentos e mentalidades por meio do compartilhamento de informações nas redes sociais



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os sujeitos são produtores e reprodutores de informação, e portanto, informação e comunicação acabam por serem palavras-chaves para que se evite muitos problemas. As pessoas engajadas na causa divulgam amplamente um documento¹² que deve ser redigido especialmente para e pela mulher grávida, denominado de ‘plano de parto’¹³,

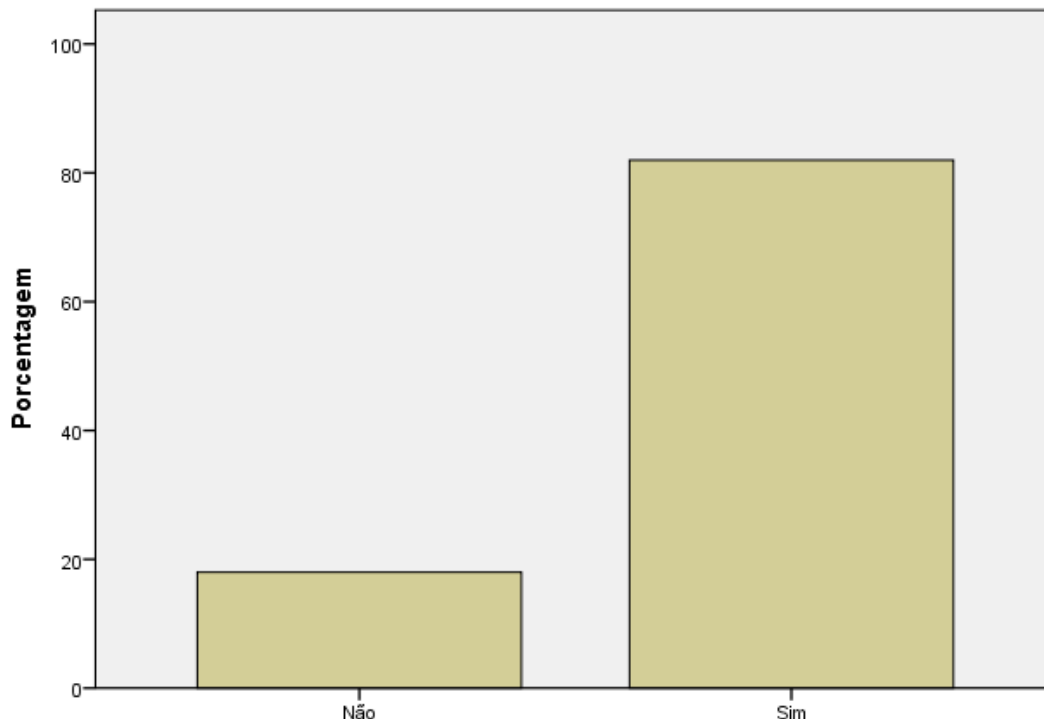
¹² Esse documento, garantido pela legislação brasileira, é feito em conjunto com o obstetra (ou pré-natalista nas Unidades Básicas de Saúde) e precisa ser assinado pelo médico e pela gestante. Diversas UBSs, assim como médicos e hospitais particulares, têm o plano de parto já impresso, e a gestante apenas assinala o que deseja. Mas não é necessário haver um modelo pronto ou único de plano de parto para que sua vontade seja expressa - você pode escrever o próprio plano.

¹³ De acordo com o portal educativo, denominado de Baby Center, o plano de parto é um documento em que a gestante deixa registrado por escrito o que deseja em relação às etapas do trabalho de parto, aos procedimentos médicos e aos cuidados com o recém-nascido no pós-parto. Ele permite que a futura mãe opine sobre o que julga ser melhor para seu corpo e para seu bebê. Parece se tratar de uma ferramenta que ajuda a parturiente e o médico a conversarem sobre os procedimentos que serão ou não realizados durante o nascimento do bebê, e as redes sociais poderiam servir de promotoras dessa informação, tão importante para os atores, bem como para reforçar e publicizar em prol da própria causa.

compartilham pelas redes sociais, e falam a respeito da necessidade de se produzir o plano de parto. Também encontramos instituições que fazem esse trabalho de orientação, demonstrando como se organizam as informações em torno desse documento e orientando/ensinando “como fazer”, do ponto de vista prático e legal. É o caso do modelo disponibilizado pela empresa ‘Despertar do Parto’¹⁴. A democratização do conhecimento e da prática da cidadania na internet modificou o papel de simples utilizador (consumidor/receptor de informação) para o de indivíduo/cidadão com potencial e capacidade de produzir conteúdos.

Sabemos que as pessoas vivem, na maior parte do tempo, “presas” às redes sociais; portanto não foi muito difícil deduzir, tampouco causou tanta surpresa, a confirmação de que a maioria estivesse habitando firmemente esse universo virtualizado. Afinal, de acordo com o gráfico abaixo, 82% dos respondentes dedicam seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo e 18% não o fazem.

Gráfico 3 – Tempo de dedicação às redes sociais em prol da causa do parto ativo



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

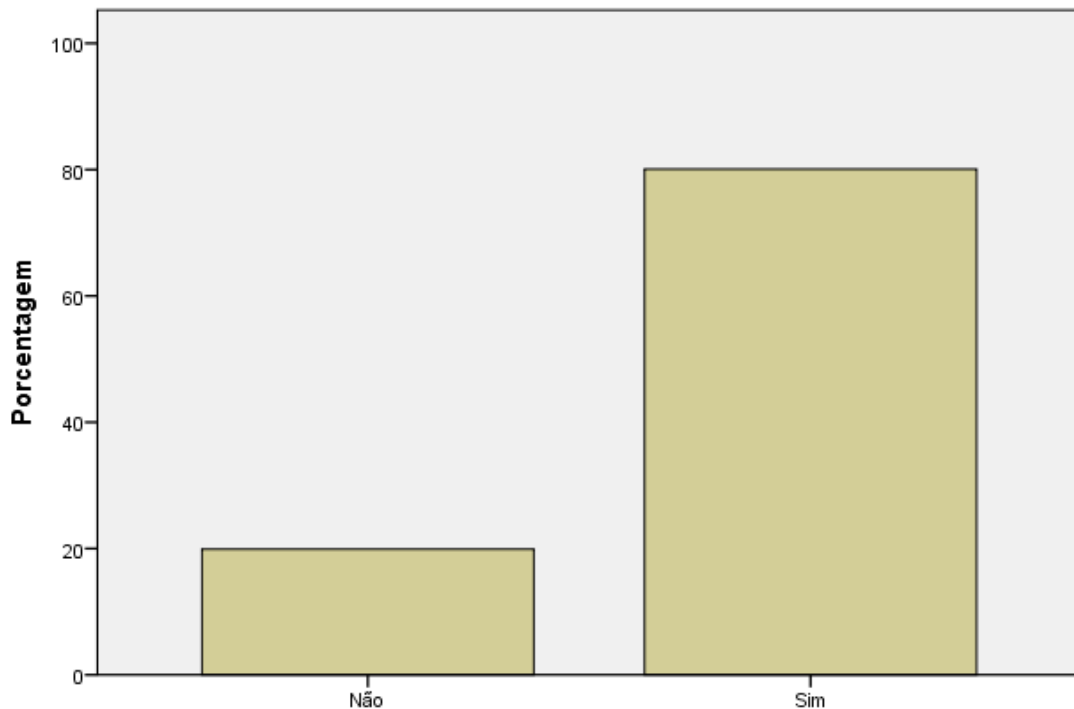
Porém o fato de mais de 80% afirmarem que dedicam seu tempo, nas redes sociais, à causa do parto ativo, não garante apenas a afirmação de que estejam lá, mas

¹⁴Ver <http://www.despertardoparto.com.br/modelo-de-plano-de-parto.html>

sim que, possam estar praticando ativismo *on line* nas redes sociais. Supomos que há uma intencionalidade significativa acerca das estratégias de convencimento. Porém, para afirmar a efetiva existência da cibermilitância, em prol de um objetivo maior que levanta a bandeira da causa, necessitaríamos de perceber o que se publica e como se publica nas redes sociais, o que não foi possível realizar neste primeiro momento de pesquisa.

Dando prosseguimento, de acordo com o próximo gráfico, 80,1% dos respondentes afirmam que já deram instruções a mulheres pela internet sobre como deveriam parir ativa e naturalmente; enquanto 19,9% disseram que não fizeram isso.

Gráfico 4 – Sobre terem dado instruções a mulheres pela internet de como deveriam parir ativa e naturalmente

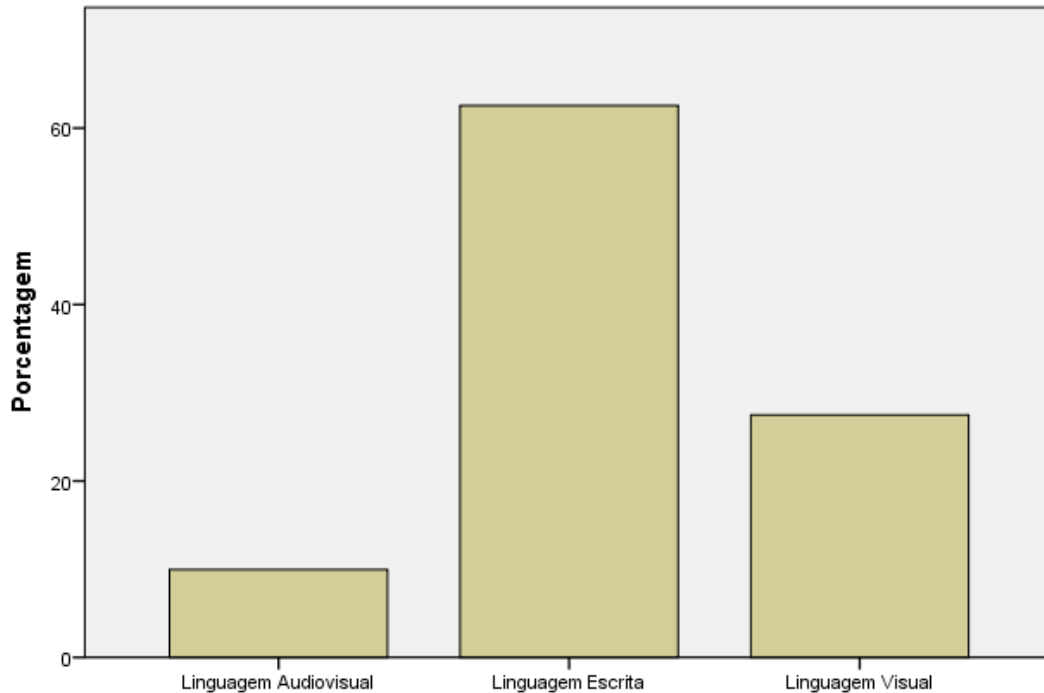


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

No que se refere à aferição da expectativa do grupo sobre a real opção pelo modelo de assistência ao parto ativo, quase que predominante, o/s grupo/s acreditam na potencialidade das mulheres. Podemos deduzir que esperam não só uma espécie de mudança de comportamento ou mentalidade, mas também uma postura de conscientização em relação ao contexto sociocultural que vivem hoje no país, além de efetivamente “comprarem” a (s) ideologia (s) que permeiam a causa.

Por fim, de acordo com o gráfico de número 5, 62,3% dos respondentes afirmaram que utilizam linguagem escrita nos canais nas redes sociais; apenas 27,5% utilizam linguagem visual, e somente 10% utilizam a linguagem audiovisual, vejamos:

Gráfico 5 – Linguagem predominantemente utilizada nas redes sociais



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Assim, a linguagem escrita foi a que predominou no uso dos respondentes, para nossa surpresa, pois nossa suposição era a de que a linguagem do audiovisual seria a mais valorizada, em virtude de uma significativa quantidade de vídeos brasileiros produzidos e postados no Youtube, evidenciando momentos da hora do parto dentro do modelo de assistência ao parto ativo/ humanizado.

De maneira conclusiva, nossa análise aponta para uma maior expressividade do movimento de humanização, nos eixos sul e sudeste do país, onde as doulas, por sua vez, revelam-se cada vez mais protagonistas deste ‘ciber-cenário’, na medida em que, operam na produção de conteúdos levando a uma maior conscientização da importância de buscar ou mesmo se informar sobre o parto humanizado, a considerar por exemplo, a disseminação de informações pelo movimento, como a desmedicalização do parto, ou mesmo, a inserção do parceiro no ambiente de nascimento.

Os próprios meios tecnológicos e as posições de gênero instituídas até então, começaram a se modificar frente aos desafios da contemporaneidade e a participação das parteiras e doulas nesse contexto, revelou-se essencial, especialmente, na medida em que ao promover a circulação de informações, as trocas de experiências entre outras, as tornam cada vez mais informadas e conscientes sobre seus direitos, seus corpos e sua saúde, além de auxiliarem toda uma população ou comunidade, a se tornarem também.

Referências

- BALASKAS, Janet. **Parto ativo**. São Paulo: Ed. Ground, 1992.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FRAGOSO, Suely, et. al. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre, Sulina, 2015.
- LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social - uma introdução à teoria do ator-rede**. Edufba-Edusc, Salvador, Ba-Bauru, SC, 2012.
- LEMOS, André. **Cultura das redes**. Salvador, Edufba, 2003.
- LEMOS, André e LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet – em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo, Paulus, 2010.
- MARQUES, R. A. **Ciberativismo em defesa do parto humanizado e da descriminalização do aborto: as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais – linguagens, ambientes e redes**. 2ª Edição. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.
- OLIVEIRA, Rafael Santos de & PINTO, Gabriela Rousane. **Mães de suas decisões: o papel do ciberfeminismo no empoderamento da mulher e na reivindicação de direitos relativos ao parto a partir do acesso à informação**. Revista da Universidade Católica de Brasília, 2016.
- PIRES, Denise. **Hegemonia médica na Saúde e a Enfermagem**. São Paulo, Cortez, 1989.
- Rede Feminista de Saúde. **Dossiê – Humanização do Parto**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/015.pdf>>.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.